



# Boletim de Legislação



**EJEF** - *escola que forma e informa*

**Nº 628 – 24 de fevereiro de 2021**

**Abrangência: 06/02/2021 a 19/02/2021**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.620	DOU; 08/02/2021	Dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal.	<a href="#">Dec. 10.620</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.621	DOU; 08/02/2021	Altera a relação a que se refere a Seção I do Anexo III à Lei nº 14.116, de 31.12.2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.	<a href="#">Dec. 10.621</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.622	DOU; 10/02/2021	Designa a autoridade central federal de que trata a Lei n. 13.812, de 16.3.2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13.7.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e dispõe sobre a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.	<a href="#">Dec. 10.622</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.623	DOU; 10/02/2021	Institui o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.	<a href="#">Dec. 10.623</a> (Site da Presidência da República)

DECRETO Nº 10.628	DOU; 12/02/2021	Altera o Decreto n. 9.845, de 25.6.2019, que regulamenta a Lei n. 10.826, de 22.12.2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição.	<a href="#">Dec. 10.628</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.629	DOU; 12/02/2021	Altera o Decreto n. 9.846, de 25.6.2019, que regulamenta a Lei n. 10.826, de 22.12.2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores	<a href="#">Dec. 10.629</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.630	DOU; 12/02/2021	Altera o Decreto n. 9.847, de 25.6.2019, que regulamenta a Lei n. 10.826, de 22.12.2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.	<a href="#">Dec. 10.630</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.631	DOU; 19/02/2021	Altera o Decreto nº 2.295, de 4.8.1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.	<a href="#">Dec. 10.630</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.028	DOU; 10/02/2021	Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19.	<a href="#">Med. Prov. 1.028</a> (Site da Presidência da República)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 13	DOU; 09/02/2021	Recomenda diretrizes ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade.	<a href="#">Res. 13</a> (Site da Imprensa Nacional)
RESOLUÇÃO Nº 14	DOU; 09/02/2021	Recomenda a priorização da vacinação dos servidores do Sistema Prisional e Pessoas Privadas de Liberdade no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina Contra a Covid-19.	<a href="#">Res. 14</a> (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA Nº 68	DOU; 11/02/2021	Dispõe sobre a atuação dos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública na Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, e dá outras providências.	<a href="#">Port. 68</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 426	DOU; 08/02/2021	Designa membros titulares e suplentes do Poder Público Federal para compor o Comitê Intersectorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.	<a href="#">Port. 426</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 465	DOU; 09/02/2021	Estabelece a dispensa de registro e da autorização de uso emergencial e os procedimentos para importação e monitoramento das vacinas Covid-19 adquiridas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).	<a href="#">Res. 465</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 1.511	DOU; 10/02/2021	Altera a Portaria nº 66, de 31 de março de 2017, que dispõe sobre critérios de excelência para a governança e gestão de transferências de recursos da União, operacionalizadas por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, e a Portaria nº 67, de 31 de março de 2017, que dispõe sobre a gestão de integridade, riscos e controles internos no âmbito das transferências de recursos da União, operacionalizadas por meio de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, de fomento e de colaboração.	<a href="#">Port. 1.511</a> (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA Nº 1.696	DOU; 11/02/2021	Estabelece as condições para transação por adesão para tributos federais vencidos no período de março a dezembro de 2020 e não pagos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia relacionada ao coronavírus (COVID-19).	<a href="#">Port. 1.696</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS COMITÊ DE CRISE PARA SUPERVISÃO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS DA COVID-19

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 12	DOU; 09/02/2021	Dispõe sobre ações de apoio da administração pública federal em auxílio aos Estados e ao Distrito Federal que o solicitarem, para enfrentamento da pandemia de Covid-19	<a href="#">Res. 12</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
EMENDA REGIMENTAL Nº 4	DJE/CNJ; 02/02/2021	Dispõe sobre a competência do Plenário para, no exercício de suas atribuições, afastar, por maioria absoluta, a incidência de norma tida por inconstitucional.	<a href="#">Em. Reg. 4</a> (Site do CNJ)
PORTARIA SECRETARIA-GERAL Nº 17	DJE/CNJ; 08/02/2021 ( <i>Republicação</i> )	Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2021.	<a href="#">Port. 17</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 369	DJE/CNJ; 08/02/2021 ( <i>Republicação</i> )	Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs no 143.641/SP e no 165.704/DF.	<a href="#">Res. 369</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 371	DJE/CNJ; 17/02/2021	Altera a Resolução CNJ nº 227/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	<a href="#">Res. 371</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 372	DJE/CNJ; 18/02/2021	Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada "Balcão Virtual."	<a href="#">Res. 372</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 373	DJE/CNJ; 18/02/2021	Altera o art. 4º-A e revoga o art. 5º-A da Resolução CNJ n. 34/2007, que dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos integrantes da magistratura nacional.	<a href="#">Res. 373</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 113	DJE/CNJ; 12/02/2021	Altera a redação do Provimento n. 32, de 24 de junho de 2013, para prever a realização de audiência concentrada por videoconferência, nos casos em que o acolhimento institucional é realizado em Comarca diversa daquele em que a medida é determinada.	<a href="#">Prov. 113</a> (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 16	DJE/CNJ; 18/02/2021	Revoga a Recomendação CN/CNJ n. 29, de 27.2.2019, que recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico e sem remuneração, em quaisquer órgãos ligados às federações, confederações ou outras entidades desportivas, inclusive a Conmebol, sob pena de violação dos deveres funcionais.	<a href="#">Port. 16</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 3	DJE/STJ; 10/02/2021	Altera a Resolução STJ/GP nº 19/2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19).	<a href="#">Res. 3</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 643	DJE/STJ; 17/2/2021	A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.	<a href="#">Súm. 643</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 644	DJE/STJ; 17/2/2021	O núcleo de prática jurídica deve apresentar o instrumento de mandato quando constituído pelo réu hipossuficiente, salvo nas hipóteses em que é nomeado pelo juízo.	<a href="#">Súm. 644</a> (Site do STJ)
SÚMULA Nº 645	DJE/STJ; 17/2/2021	O crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.	<a href="#">Súm. 645</a> (Site do STJ)

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 126	Minas Gerais; 11/02/2021	Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente.	<a href="#">Delib. 126</a> (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 127	Minas Gerais; 17/02/2021	Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente.	<a href="#">Delib. 127</a> (Site da ALMG)

## ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECISÃO DA MESA, de 09/02/2021	Diário do Legislativo; 10/02/2021	Dispõe sobre a solicitação de reconhecimento ou de manutenção do estado de calamidade pública no Estado ou nos municípios em decorrência da pandemia de Covid-19.	<a href="#">Decisão</a> (Site da ALMG)
RESOLUÇÃO Nº 5.558	Diário do Legislativo; 12/02/2021	Reconhece a prorrogação do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, nos termos do Decreto nº 48.102, de 29 de dezembro de 2020.	<a href="#">Res. 5.558</a> (Site da ALMG)

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7	D.O.C.; 10/02/2021	Altera o artigo 9º da Portaria nº 46/PRES./2020, de 15 de julho de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	<a href="#">Port. 7</a> (Site do TCEMG)

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 52	DJE; 08/02/2021	Avisa sobre a abertura de inscrições para a recomposição de Turma Recursal de Grupo Jurisdicional do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 52</a> (Site do TJMG)

<b>AVISO Nº 53</b>	DJE; 11/02/2021	Avisa sobre a abertura de inscrições para a recomposição de Turma Recursal de Grupo Jurisdicional do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 53</a> (Site do TJMG)
<b>AVISO CONJUNTO Nº 34</b>	DJE; 08/02/2021	Avisa sobre a expansão do Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", na Comarca de Belo Horizonte, quanto às ações penais com denúncia ou queixa-crime oferecida, e os respectivos incidentes processuais e as ações conexas, nas unidades judiciárias que especifica.	<a href="#">Aviso Conj. 34</a> (Site do TJMG)
<b>AVISO CONJUNTO Nº 35</b>	DJE; 11/02/2021	Avisa sobre a retomada dos prazos processuais dos feitos que tramitam no sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe" no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	<a href="#">Aviso Conj. 35</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.077</b>	DJE; 08/02/2021	Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.077</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.078</b>	DJE; 09/02/2021	Acrescenta os incisos CCCXXVIII, CCCXXIX, CCCXXX, CCCXXXI, CCCXXXII e CCCXXXIII ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	<a href="#">Port. 5.078</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.079</b>	DJE; 11/02/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Andradas.	<a href="#">Port. 5.079</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.080</b>	DJE; 11/02/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Virginópolis.	<a href="#">Port. 5.080</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.081</b>	DJE; 11/02/2021	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Santo Antônio do Monte.	<a href="#">Port. 5.081</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.082</b>	DJE; 11/02/2021	Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.082</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.083</b>	DJE; 11/02/2021	Acrescenta os incisos CCCXXXIV e CCCXXXV ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	<a href="#">Port. 5.083</a> (Site do TJMG)
<b>PORTARIA Nº 5.084</b>	DJE; 11/02/2021	Convoca Juíza de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.084</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 5.085	DJE; 19/02/2021	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.085</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 28	DJE; 09/02/2021	Altera as Portarias Conjuntas nº 3/TJMG/CGJ/SEF-MG, de 30 de março de 2005, que "Disciplina o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária, o controle e a fiscalização dos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, infrações e penalidades", e nº 9/TJMG/CGJ/SEF-MG, de 16 de abril de 2012, que "Institui o Selo de Fiscalização Eletrônico no âmbito dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais", e dá outras providências.	<a href="#">Port. Conj. 29</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.140	DJE; 08/02/2021	Constitui Grupo de Trabalho para realizar estudos e promover encaminhamentos relativos à Resolução CNJ nº 351, de 28 de outubro de 2020, que "Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação".	<a href="#">Port. Conj. 1.140</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.141	DJE; 11/02/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Andradas.	<a href="#">Port. Conj. 1.141</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.142	DJE; 11/02/2021	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.103, de 16 de dezembro de 2020, que "Institui o Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Port. Conj. 1.142</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.143	DJE; 11/02/2021	Estabelece a retomada das atividades presenciais nas comarcas que menciona e dá outras providências.	<a href="#">Port. Conj. 1.137</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.144	DJE; 18/02/2021	Estabelece a retomada das atividades presenciais nas comarcas que menciona e dá outras providências.	<a href="#">Port. Conj. 1.144</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 9	DJE; 11/02/2021	Divulga informações sobre as solenidades coletivas de investidura dos novos delegatários dos serviços notariais e de registro, aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 1/2016.	<a href="#">Aviso 9</a> (Site do TJMG)
AVISO Nº 10	DJE; 11/02/2021	Avisa sobre a necessidade de citação eletrônica para todos os processos que tramitam no Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", inclusive no Sistema dos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, quando os destinatários forem as pessoas jurídicas mencionadas neste ato.	<a href="#">Aviso 10</a> (Site do TJMG)

AVISO Nº 11	DJE; 19/02/2021	Avisa sobre a possibilidade de virtualização de processos que tramitam em meio físico pelos advogados	<a href="#">Aviso 11</a> (Site do TJMG)
AVISO Nº 12	DJE; 19/02/2021	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021.	<a href="#">Aviso 12</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.685 (EXTRATO)	DJE; 09/02/2021	Instaura Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 6.685</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.686 (EXTRATO)	DJE; 09/02/2021	Instaura Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 6.686</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.687	DJE; 11/02/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Formiga.	<a href="#">Port. 6.687</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.688 (EXTRATO)	DJE; 12/02/2021	Instaura Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 6.688</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.689	DJE; 19/02/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Coração de Jesus, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 6.689</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.690	DJE; 19/02/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Salinas, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 6.690</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.691	DJE; 19/02/2021	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.055, de 30 de maio de 2019, que "reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Ituiutaba".	<a href="#">Port. 6.691</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.692	DJE; 19/02/2021	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.056, de 30 de maio de 2019, que "reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Ituiutaba".	<a href="#">Port. 6.692</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.693	DJE; 19/02/2021	Institui as Instruções Padrão de Trabalho - IPT's das rotinas das secretarias das unidades judiciárias que utilizam o Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe" cível na Justiça Comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 6.693</a> (Site do TJMG)

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*